

# A ocupação do Vale do Mucuri: a elite rural e o dilema entre modernidade e atraso

Márcio Achtschin Santos\*

\*Cientista social (FENORD). Mestre em História (USS). Doutor em História (UFMG). Professor da UFVJM.

**Resumo** Até meados do século XIX, o Vale do Mucuri, nordeste de Minas Gerais, era uma região povoada por comunidades indígenas dispersas. Esse cenário sofreu significativas mudanças a partir dessa data, com intenso fluxo populacional em função de um alto grau de mercantilização ocorrido após a crise mineradora. O objetivo desse estudo é analisar as particularidades e os resultados da ocupação ocorrida na região do Vale do Mucuri a partir da segunda metade do século XIX até meados do século XX. O Mucuri sofreu um processo de colonização tendo sua produção em grande escala baseada na produção do café e, posteriormente, na pecuária. O agrego foi a principal mão-de-obra das médias e grandes propriedades rurais, utilizada para o desmatamento ininterrupto em benefício da lavoura e do pasto. Como resultado da pesquisa pode-se apontar que a exploração predatória das matas do Mucuri aliada a um contingente expressivo de agregados em condições miseráveis gerou riqueza para os proprietários rurais, mas não estimulava investimentos tecnológicos típico do modelo capitalista, trazendo através da imprensa uma representação da região ambígua, coexistindo prosperidade e ruína.

**Palavras-chave:** Vale do Mucuri, regime agrário de agregação, cultura predatória.

## 1. Introdução

O modo como se realizam as ocupações territoriais são determinantes para definir as particularidades das formações regionais. Os novos ambientes modificados nem sempre são planejados, sendo construídos a partir das especificidades temporais e espaciais. No caso do Vale do Mucuri, localizado no nordeste de Minas Gerais, até o século XVIII, a região esteve longe das práticas de exploração aurífera, pois o governo português queria manter as matas para ser um obstáculo natural das práticas do contrabando (Achtschin 2018). Porém, a conjuntura dos anos de 1800 vai resultar em um quadro bem distinto século anterior.

Partilhando com os valores oitocentistas, voltados para a racionalidade, a ocupação da região no dezenove foi ao encontro do discurso no qual a selva, seus insetos e animais, além dos indígenas, impediam a saga civilizatória (Horta 2002). No interior das matas do Mucuri, se estabeleceu a produção agrícola baseada no café, até os anos de 1930, e a pecuária, dessa data em diante. Assim, a busca, a partir do século XIX, não era mais de ouro e prata, mas de uma economia voltada para as atividades agrícolas, extensas propriedades rurais em desmatamento contínuo baseadas na exploração do trabalho agrego.

O regime agrário denominado agregação pode ser entendido como a cessão da terra por parte do fazendeiro ao indivíduo ou família que tinha direito a extração das matas e o uso da terra para seu sustento e em troca, trabalhava temporadas para a fazenda (Ribeiro 2010). O trabalho agrego

foi implantado no Brasil a partir do período colonial, sendo que era uma atividade de homens livres realizada concomitante com o trabalho escravo (Franco 1974). Mas, já findando a escravidão, o agrego aumentou, ganhando vigor ao longo do século XIX em regiões onde o trabalho escravo perdia fôlego. Se em São Paulo, Rio de Janeiro e parte de Minas Gerais mudou o formato produtivo com a presença imigrante, o agrego continuou nos sertões, caso do nordeste mineiro.

Terra em abundância e a exploração do trabalho agrego trouxe fortuna para os fazendeiros. Mas, apesar da expressiva produção cafeeira e, posteriormente, da criação de bovinos, um discurso construído de forma reiterada pelos grandes proprietários rurais do Mucuri através da imprensa local no período foi da riqueza convivendo simultaneamente com atraso regional. Em 18 de abril de 1936, esse trecho do jornal “O Norte de Minas” retrata essa narrativa:

Só quem conhece o nordeste de Minas com toda opulência de suas terras, com todas as riquezas naturais, mas também com todo o cortejo de endemias que alanceiam, estiolam e por fim anulam a existência do homem da gleba daqui (O Norte de Minas, 18.04.1936).

A coexistência entre atraso e modernidade vai ser a tônica dos debates trazidos pelos periódicos da região entre o final do século XIX e meados do século XX. A partir dessa abordagem, as questões postas seriam: o que limitou o avanço econômico do Vale do Mucuri, apesar de expressiva produção agropecuária até os anos de 1950? Por que os

grandes produtores rurais construíam um discurso de fartura concomitante à ruína? Assim, esse artigo objetiva apresentar os possíveis entraves existentes para o desenvolvimento no Vale do Mucuri entre o final dos anos de 1800 e os anos de 1950, tendo como referência a especificidade do modelo de ocupação territorial adotado nessa região do nordeste mineiro. Igualmente, se propõe analisar as representações construídas pelos grandes produtores através da imprensa local diante desse cenário.

Para atender os objetivos propostos, o artigo se divide em 5 partes: a primeira expõe os métodos realizados na pesquisa; a seguinte apresenta o formato de ocupação do Vale do Mucuri, a partir da produção agropecuária implantada na região; em um terceiro momento se discute o agregado como tipo trabalho predominante na região; no quarto subcapítulo procura-se analisar as ações ambientais ocorridas no nordeste mineiro através desse modelo produtivo. Por fim, na última parte, propõe discutir os limites dessas práticas produtivas no Vale do Mucuri bem como as representações construídas a partir dessa realidade até a primeira metade do século XX.

## 2. Métodos

Para a realização desse trabalho foi considerado como campo de pesquisa a antiga Mesorregião do Vale do Mucuri. Esse recorte espacial se justifica, pois o município de Teófilo Otoni se emancipou em 1878 e correspondeu ao longo do recorte temporal utilizado nesse artigo tal território. Nessa divisão territorial, além de Teófilo Otoni, corresponde os seguintes municípios: Águas Formosas, Ataleia, Bertópolis, Carlos Chagas, Catuji, Crisólita, Franciscópolis, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Ladainha, Machacalis, Malacacheta, Nanuque, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Santa Helena de Minas, Setubinha, Serra dos Aimorés e Umburitiba. Essa opção deve-se também ao fato de ter disponíveis como fontes os jornais de Teófilo Otoni, que publicava informações de todas as regiões do Mucuri. Justifica, igualmente, como modo de estabelecer esse espaço limitador para garantir elementos comuns ao que se propõe o artigo, que é a especificidade do Vale do Mucuri.

Nessa pesquisa foram utilizadas como fontes os periódicos publicados na região entre os anos de 1878 a 1956, bem como depoimentos com ex-agregados que trabalharam no Vale do Mucuri. Os periódicos do final do século XIX até a primeira metade do século XX publicados em Teófilo Otoni são as expressões disponíveis e as mais contundentes da percepção do proprietário rural quanto à política local. Os fazendeiros do Vale do Mucuri tinham na imprensa um espaço significativo em defesa de seus interesses e das suas representações. As questões do campo eram noticiadas pelos jornais preferencialmente em seus aspectos produtivos. As crises que afetavam especialmente o café e a gado, os impostos considerados exorbitantes, os prejuízos com as pragas, as amortizações e o perdão das dívidas bancárias: esses eram os temas mais recorrentes.

Dos Periódicos, foram utilizados: “Nova Philadelphia”, 1895 a 1898 (Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri), “O Norte de Minas”, de 1929 a 1951 (Acervo Digital Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri), “A Família”, 1918 a 1925 (Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri),

“O Mucury”, 1899 a 1900 (Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri), “O Rádio”, de 1927 e 1928 (Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri), jornal “O Cruzeiro”, de 1878 (Arquivo Público Nacional).

Quanto aos depoimentos, foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas entre os meses de julho a novembro de 2019, com 05 mulheres e 15 homens, sendo 13 ex-agregados, 04 pequenos proprietários que conviveram com o agregado e 03 grandes proprietários que conviveram com agregados. Foram trabalhadas nesses depoimentos variações regionais, em entrevistas no município de Teófilo Otoni, localizado mais ao centro do Vale do Mucuri, como também em Carlos Chagas, ao leste, Poté, a oeste, Ladainha, ao sul, e Águas Formosas, ao norte. Para preservar a identidade dos entrevistados, os nomes foram substituídos pelas letras do alfabeto.

## 3. A ocupação do Vale do Mucuri a partir do século XIX

O Vale Mucuri, até meados do século XIX, era uma terra habitada por comunidades indígenas em grupos heterogêneos, mas nominada genericamente e pejorativamente pelos colonizadores como “botocudos”. Segundo Mattos (2004) os “botocudos” formavam diversos subgrupos inter-relacionáveis, quer seja em convivências pacíficas, quer seja em violentos conflitos. Tinham em comum a língua e o sistema cosmosociológico, diferenciando de outros povos numericamente menores que também viviam no Mucuri, como os Puri e os Maxakali.

Com a descoberta de ouro em Minas Gerais no século XVIII, o Vale do Mucuri esteve longe das práticas de exploração aurífera, pois o governo português queria manter as matas da região para ser um obstáculo natural das práticas do contrabando. Esse quadro mudou no século seguinte. A ocupação dessa região do nordeste do Estado de Minas Gerais por grupos não indígenas esteve relacionada com as mudanças ocorridas em decorrência da formação do Estado brasileiro e também com a superação da crise mineradora em Minas Gerais. O controle do território nacional era essencial para consolidar o poderio do recém-formado Império. O Mucuri era um espaço onde, apesar do esforço, o Estado pouco alcançava. Partilhando com valores oitocentistas, o governo assume uma política de ocupações das regiões de matas, estas vistas como um impedimento à saga civilizatória (Duarte, 2002).

Com o declínio da extração de metais nas últimas décadas do século XVIII, ocorreu em Minas Gerais a substituição para uma economia de abastecimento extremamente diversificada, tendo como mercado a região centro sul do Brasil. É nesse contexto que deve ser considerar a ocupação do Mucuri a partir da década de 1830. Era uma região que se distanciava do conceito de sertões e se aproximava bem mais da noção de matas. Segundo Carrara (1996), sertões seriam regiões de baixa densidade demográfica e de grandes distancias, não sendo um espaço isolado, mas caminhos relacionados com o comércio de produtos. Alexandre Mendes Cunha (2002), ao analisar a ocupação do espaço mineiro e seus “redesenhos” no século XIX, caracteriza

matas como áreas fechadas, tanto a Mantiqueira como o nordeste de Minas.

Para Cunha, a ocupação mineira no século XIX está diretamente relacionada com o crescimento populacional que supera os limites das áreas mineradoras, originando novos espaços habitados. Assim, concomitante a esse crescimento, Minas Gerais vai superar a crise da mineração com um alto grau de mercantilização e o seu nível de desenvolvimento se entrelaça com bases produtivas diferenciadas e em dinâmicas particularizadas (Ribeiro 2013).

Alinhada com essas tendências, foi criada por Teófilo Benedicto Ottoni, em 1847, a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. Ottoni pretendia obter lucros com a empresa a partir da criação de uma área comercial no Mucuri, até então região de mata densa ocupada por diversos grupos indígenas. Apesar do elevado investimento, a empresa de Teófilo Ottoni não conseguiu os lucros esperados e foi encampada pelo governo em 1861. Mesmo com o fim da Companhia, o deslocamento da fronteira agrícola em direção ao Mucuri se manteve. Um movimento autônomo, silencioso, que no próprio espaço mineiro buscou alternativa de produção (Ribeiro 2013). Paralelo à produção voltada para um mercado local surgiu também uma agricultura de exportação que ganhou força, especialmente no plantio do café a partir dos anos de 1860.

A produção cafeeira se estabeleceu ao longo da segunda metade dos anos de mil e oitocentos e foi determinante para formação da sociedade regional. A imprensa da época apontava em números o crescimento da produção cafeeira na região: segundo a publicação de “O Cruzeiro” de 21 de agosto de 1878, “havia no Mucuri 40 mil arrobas armazenadas desde a safra passada”. Os dados do jornal “Nova Philadelphia” registravam o crescimento significativo no plantio de café, sendo que o periódico afirmou em editorial de 31 de maio de 1896 ter aumentado em dez vezes a sua produção. Em edição de 02 de fevereiro de 1896, a previsão era de uma safra de 250 mil arrobas. Em 25 de outubro o mesmo jornal noticiou a safra em 300 mil arrobas e na edição de 06 de setembro, também de 1896, apontou para existência de mais de 10 milhões de pés de café na região. (Achtschin e Barroso 2017, p. 57).

Décadas depois, segundo os dados apresentados em 1930 pelo diretor do Banco Comercial e Agrícola de Teófilo Ottoni, Olbiano de Melo, a região era a segunda produtora de café em Minas Gerais, com 20.600.000 cafeeiros (O Norte de Minas, 03.08.1930). Em 1934, Godofredo Ferreira afirmava ser o café o principal produto do Vale do Mucuri, “[...] com uma produção no período de 1 milhão de arrobas por ano, exportadas para o Rio de Janeiro e Bahia” (Ferreira apud Achtschin e Sorel 2015, p. 11). Segundo ele “[...] a agricultura tem sido, pois, o alicerce forte da nossa prosperidade. . . Os teófilo-otonenses cuidavam e cuidam em primeiro lugar da cultura do café” (Ferreira apud Achtschin e Sorel 2015, p. 12). Em edição de 22 de fevereiro de 1935, o jornal “O Norte de Minas” destacava a importância do café para a economia do Vale do Mucuri, apesar da crise instalada desde o início dos anos 30: “Zona cafeeira, tendo a principal rubéola a razão de ser da sua vida . . .”. Em outro artigo, na mesma edição, reafirmava ser “o café, maior fonte de receita da nossa riquíssima zona . . .”.

Com a Crise de 1929, a princípio, a busca de superação proposta pela imprensa seria na própria lavoura. A cada

edição dos periódicos da época, era um produto apresentado como alternativa: o cacau, a mamona, o algodão. Até os anos de 1930, a pecuária não era bem vista pelos agricultores. É emblemático o editorial do jornal “O Norte de Minas”, na edição de 22 de junho de 1935, à época ainda ferrenho defensor da produção agrícola e com forte resistência quanto à penetração da pecuária. Para o periódico, a substituição da agricultura pela pecuária seria uma mudança não apenas no aspecto econômico, mas também na cultura rural:

[Os proprietários rurais] chegarão à conclusão de que plantar rende menos que colher e, por isso, reduzirão a pastos, mangas de criação, campos em que dantes sorria o seu sorriso verde de fatura a vegetação alegre de lavouras cuidadas. E não mais roças alegres, não mais chácaras vicejantes. À cantiga, a toada alegre de eiras sucederá a grita bruta de vaquejadas para engorda (O Norte de Minas, 22.06.1935).

No entanto, com o café enfraquecendo como produto no mercado e a pecuária se tornando lucrativa, os jornais locais gradativamente mudaram o discurso. Centralizaram o espaço para as questões envolvendo a criação e comércio do gado. Na segunda metade dos anos de 1930, a pecuária já era protagonista nas publicações sobre a produção rural, tornando o café um tema secundário no noticiário local. Em 08 de agosto de 1936, “O Norte de Minas” já apontava a criação de bovino como uma das grandes fontes de renda da região. Nos anos de 40 a pecuária ganhou espaço exclusivo nos jornais quando o tema era produção rural. Os artigos na imprensa eram extensos, abordando, além das condições das estradas, as doenças que acometiam o gado, sobre moratórias de empréstimos, descrevendo os ganhos e necessidades das atividades com o gado, lamentando os altos impostos.

Em meados do século XX, a criação de gado já havia se consolidado como principal atividade econômica rural do Mucuri. Em 1955, o município de Nanuque produziu mais de um milhão de litros de leite (Claret 1985). Marcos Lobato Martins (2010) indica o crescimento da pecuária no Vale do Mucuri: em 1920 na região havia 29.683 bovinos e em 1958, somente em Carlos Chagas, 145 mil unidades. Carlos Chagas “[...] se gabava de ter o maior rebanho bovino de Minas Gerais e a maior densidade de bois do Brasil” (Martins 2010, p. 64). Cooperativas de leite são criadas em toda a região nos anos de 1960, especialmente em Carlos Chagas e Nanuque (Achtschin 2018).

A partir dos anos 70, a pecuária sofreu um declínio significativo no Vale do Mucuri. A criação de gado, com a recusa do produtor rural em investir em novas técnicas produtivas, estagnou nos anos de 1980, momento em que a “... bovinocultura extensiva começa a perder força enquanto atividade produtiva” (Ottoni Carvalho, 2006, p. 72).

#### **4. O papel do agrego na ocupação do Vale do Mucuri**

O agregado era aquele que utilizava a terra para produzir alimentos e extração de matérias-primas, mas não era o proprietário. Por não ter a posse, tinha parte da terra cedida

pelo proprietário de terra para ser explorada. (Machado 2006 p. 171). Para Flávia Gieseler de Assis (2007), agregado é o trabalhador menos visível, diferente do escravo ou assalariado.

O agregado foi determinante para a formação do Vale do Mucuri, compondo o cenário rural das médias e grandes propriedades por, aproximadamente, um século. Para Eduardo Ribeiro, “poucos lugares em Minas Gerais tiveram presença e mantiveram lembranças tão fortes da agregação quanto o Jequitinhonha e o Mucuri. Ser agregado ou ter agregados fez parte da vida de quase todas as famílias desses lugares” (Ribeiro 2013, p. 222). O agregado nas fazendas do Vale do Mucuri, da sua formação no século XIX até o seu final nos anos de 1960, “. . . sustentou a ordem e a dinâmica da fazenda” (Ribeiro 2010, p. 402).

O agregado no Mucuri destinava parte do tempo no trabalho da fazenda e outra parte na sua roça. O trato mais comum, ainda que variasse de acordo com as especificidades locais e temporais, era a cessão da terra para a lavoura, a derrubada da mata liberada, além da caça, pesca e coleta (Ribeiro 2010). Segundo Cacilda Machado (2006), caso pudesse escolher, a opção era pela fronteira já aberta, em função do acesso aos mercados para venda de seus excedentes. Mas a necessidade de sobrevivência não oferecia sempre o poder de escolha. Grande parte do agregado exercia a função de derrubada das matas e do preparo da terra (Martins 1981).

Os grupos que compuseram o trabalho agregado na região do Mucuri era muito diversos. Os primeiros a se tornarem agregados no nordeste de Minas Gerais foram aqueles que receberam a terra da Companhia do Mucuri, mas não conseguiram produzir, migrando para as fazendas de café. Quer pelo uso da força, quer pela fome, ou ainda pela catequese, também incorporaram à grande produção os diversos grupos indígenas que viviam na região. Eduardo Magalhães Ribeiro (2013) chama a atenção para o fato de que a morte do indígena no Mucuri não se deu apenas no extermínio, mas também na presença violenta da cultura ocidental no cotidiano, na destruição cultural do nativo através “. . . do mando do patrão no trabalho na lavoura, a opressão da patroa na cozinha da casa de sede, o poder dos fazendeiros nas relações marcadamente desiguais da agregação” (Ribeiro 2013, p. 69).

Nas médias e grandes propriedades do Vale do Mucuri ainda havia até 1888 um número expressivo de trabalhadores escravos (correspondiam, segundo o Censo de 1872, a 10% da população da região do Mucuri). Algumas fazendas chegaram a superar uma centena de cativos em seus plantéis, caso de Itamunhec, Monte Cristo e Liberdade (Achtschin 1988). Com a abolição, os agora libertos em sua maioria também se tornaram agregados, continuando nas fazendas.

Outro grupo que vai se submeter de forma desigual ao agregado são os retirantes. O Mucuri vai receber, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, uma leva contínua de imigrantes fugidos da seca. Atraídos pelo crescimento econômico da região e sofrendo com a seca em diversos momentos, eram originários especialmente do Vale do Jequitinhonha e da Bahia. Da imprensa local, foram frequentes as notícias dos que chegavam. O periódico “O Mucury” de 01 de outubro de 1899, afirmava que “[...] não passa um só dia sem que magotes de famílias atravessam a

região [...] dez e mais pessoas [...] *que se internam pelas matas [grifo nosso]*”.

Em tempos de seca, o retirante imaginava encontrar no Vale do Mucuri condições de sobrevivência. Novamente o ano de 1939 apresentou esse quadro. Parte desses grupos ficava na cidade mendigando, mas a grande maioria procurava por iniciativa própria, pela própria condição de lavrador e pela opção de trabalho, o campo como alternativa. Ainda assim, o artigo sugere para aqueles que ficaram na cidade um plano para empregar: “. . . os flagelados no trabalho da lavoura em campos de concentração que não faltam em Minas” (O Norte de Minas, 16.12.1939).

Portanto, compuseram o grosso dos agregados no Vale do Mucuri: os sobreviventes indígenas que perderam suas reservas, gradativamente enquadrados no mundo do trabalho das lavouras; os ex-escravos, que mantiveram-se no mesmo local onde foram cativos; os ex-possesores, que não tinham recursos para o próprio sustento ou por pressão do latifundiário para abandonar a sua terra; os retirantes vindos da região norte em condições precárias.

As condições de miserabilidade no agregado foi muito mais frequente nos relatos do que as necessidades básicas atendidas. A família era numerosa, o acesso ao comércio para troca era difícil, o custo da produção da lavoura era alto e a mercadoria era subvalorizada no comércio, o tempo destinado para uma produção própria daqueles que tinham uma jornada regular era pequeno.

Em 01 de novembro de 1941, o jornal “O Norte de Minas” noticiou o crime de envenenamento por “pó de Joanes” cometido por Josefa Soares dos Santos contra seu companheiro agregado e os quatro filhos na zona rural do distrito de Águas Belas [atual município de Águas Formosas]. O motivo: “por fim à miséria em que vivem seu marido e filhos”.

O cenário, pelos depoimentos feitos em entrevistas, corroboram com essa precariedade extrema. Nos relatos, a expressão “morrer à míngua”, para retratar o estado de pobreza no agregado, foi usada com muita frequência. De acordo com entrevistado “P”, pelo valor pago ao trabalho realizado no agregado e tendo uma família numerosa, era difícil a sobrevivência: “Era uma mixaria. ‘Pra’ quem tinha uma família grande passava fome. Tinha um homem ali que cortava cipó ‘pra’ comer, cortava e fervia na água limpinha”. Era assim no Médio Mucuri, do mesmo modo a escassez também estava presente a cem quilômetros em direção a oeste, às margens do Rio Todos os Santos:

Pobre comia banana verde assada, milho torrado, coió com sal. Carne não tinha, comia era peixe que pescava no rio. Aqui não tinha assistência para criação, não tinha nada pra dar os animais. Cansei de ver família esperando os restos ruins da vaca “pra” comer. Eu matei vinte e cinco vacas um dia e joguei as tripas no capim. Uma família foi lá e comeu (entrevistado “N”).

À medida que o Estado se fortaleceu e conseguiu maior controle no Vale do Mucuri, a partir dos anos de 1970, fazendo vigorar as leis trabalhistas no campo, o agregado desapareceu na região. Também contribuiu para o fim desse tipo de trabalho o esgotamento das matas e o fortalecimento

de movimentos sociais na zona rural com o processo de abertura democrática.

## 5. O modelo predatório na ocupação do Vale do Mucuri

A extração de forma intensa da madeira aqueceu a economia na região por mais de um século. Pela vastidão da floresta, tanto a agricultura quanto a pecuária se valeram da derrubada das árvores, ampliando espaços para produção bem como utilizando da madeira para o comércio. Riqueza natural infinita que, pela lógica do produtor rural, deveria ser usada à exaustão. Em editorial do “O Norte de Minas” de 22 de junho de 1935 afirma que

Teófilo Otoni é rica, riquíssima. Que se lhe estude as possibilidades, que braços haja para sondar-lhe o valor imenso dos terrenos fertilíssimos, que se deixe o hábito de estacionar no ponto em que nasceu e se verá que a nossa zona pode e deve ser grande, alta, poderosa.

A extração de madeira era permanente, no que era nominada de “Toada dos machadeiros” (A Família, 12.04.1913). Em artigo assinado por José Jacinto Júnior chamava a atenção nos primeiros anos do século XX para a forma predatória como era explorada a terra no nordeste mineiro: “O nosso fazendeiro . . . deixa-se cair no culpável consentimento à devastação da floresta” (A Família, 18.10.1913).

Desse solo, se acreditava inesgotável. O semanário “O Norte de Minas” de 10 de outubro de 1942 constatava que o ininterrupto ato de desmatamento e plantio era uma prática recorrente: “findo este [solo], será a área substituída por outra”. Desmatar para criar pastagem gerava lucro, a extração de madeira de lei também. O então deputado Tristão da Cunha, em discurso na Câmara no ano de 1948 apontava o jacarandá como madeira abundantemente explorada, sendo “. . . o Vale do Mucuri talvez a região do Brasil onde mais se abundam as madeiras preciosas” (O Norte de Minas, 06.03.1948).

Através do artigo escrito em 1944 n “O Norte de Minas” intitulado “Teófilo Otoni, um dos mais prósperos e importantes municípios de Minas” é possível perceber a relação direta que se fazia entre a fertilidade do solo e o progresso. Era uma leitura de uma natureza inesgotável e, portanto, dispensável o uso de qualquer tecnologia:

E o que dizer de sua agricultura, de sua pecuária? O solo é uberíssimo e da terra se extraem os mais preciosos produtos da lavoura. Grandes fazendas enfeitam e dignificam a paisagem municipal e como atestados eloquentes da pujança econômica e do espírito construtivo de um povo . . . A pecuária se desenvolve de maneira admirável, povoando os campos de rebanhos apurados e bem selecionados . . . O destino [de Teófilo Otoni] é o prosseguimento de uma linha reta

de progresso. (O Norte de Minas, 06.05.1944).

Era no mando do fazendeiro, mas nas mãos do agregado, a derrubada das matas. Nos depoimentos realizados com os agregados, a imagem da região como mata foi quase unânime. A expressão “tudo aqui era mata” foi sempre repetida. Na sequência, acompanhava o relato a destruição. O agregado chegava para a fazenda para a derrubada, quer seja para o plantio, quer seja para o futuro pasto, quer seja para ampliar o latifúndio ocupando as terras devolutas, quer seja ainda para extração da madeira visando o comércio.

O perfil do agregado se adequava perfeitamente ao desmatamento intenso da região, pois as condições precárias submetiam esses trabalhadores à itinerância permanente. Especialmente no Médio e Baixo Mucuri, entre os anos de 1940 e 1960, período e local em que o modelo de criação extensivo do gado necessitava de espaços contínuos. Diante da necessidade, o agregado acabou por se adaptar à retirada da madeira, e alguns ganhavam reconhecimento pelo seu ofício: “Não tinha esse negócio de meio ambiente, derrubava de machado. O bom machadeiro era famoso” (Entrevistado “A”). A empreitada tanto podia ser individual, no qual cada agregado fazia na terra que iria morar o desmate, ou coletiva: “Era em torno de 10 homens trabalhando. Tinha vez da gente derrubar dez alqueirões. Os donos não cobravam nada, eles só queriam derrubar mata, fazer fazenda, porque tinham muito gado, né? Para derrubar a mata não era pago, era por conta da gente” (Entrevistado “F”).

A derrubada era uma atividade vantajosa para o fazendeiro. “Nas fazendas o agregado ganhava o machado ‘pra’ derrubar a mata, fazer, produzir. Quando abria espaço, o capim ocupava a manga e o trabalhador era mandado ‘pra’ outro lugar. O agregado fazia a manga sem custar” (Entrevistado “A”). O desmatamento era vantajoso, realizado com baixo custo (ou custo algum): “Metade da fazenda era mata. Fazia no máximo duas lavouras, depois virava tudo pastagem e começava a desmatar em outro lugar. Era o que a natureza dava” (Entrevistado “G”). Há de se contar também o lucro com as madeiras de lei, como cedro, peroba e jequitibá, vendidas para os grandes centros a preços elevados.

De acordo com Entrevistado “E”, “. . . Eles só mandando abrir mais matas e quando acabava eles tiravam as pessoas. A amizade com o agregado era só quando tinha mata. Quando acabava as matas eles tiravam as pessoas”. Quando havia alguma resistência para o agregado sair da terra, o fazendeiro agia com violência: “Teve caso de fazendeiro por fogo da casa de agregado ‘pra’ ele sair. Jogava no meio do terreiro as coisas dele, os sacos de arroz, feijão fora e só ficava a cinza. Nós fomos criados no tempo da ignorância”.

Diante da mata densa e do muito a desflorestar, o agregado encontrava de fazenda em fazenda espaços temporários para trabalhar:

O tempo de ficar na fazer era só até quando tinha o que retirar. Quando o desmate ficava pouquinho ele começava a empurrar o agregado. Aí o outro fazendeiro que tinha mata ainda, falava: “passa ‘pra’ lá, esse fazendeiro é ruim demais. Lá pode fazer roça”. E aí os agregados iam pra lá. E aí ‘montava’ a cortar e fazer roça. O agregado



que era muito simples, não entendia que o fazendeiro tinha de gastar dinheiro para abrir as roças. O agregado fazia aquilo tudo sem o fazendeiro gastar nada (Entrevistado “E”).

## 6. O impasse entre a modernidade e o atraso segundo a elite rural do Vale do Mucuri

Paralelo à agricultura, e, de modo mais intenso, com a pecuária, houve um crescimento também no espaço urbano, mas se manteve viva a força regional da oligarquia agrária. Em 1953, a população do município de Teófilo Otoni era ainda majoritariamente rural: dos 90 mil habitantes, apenas 25 mil eram urbanos (O Norte de Minas, 06.09.1953). De acordo com Achtschin (2018), somente em 1970, segundo Censo do IBGE, Teófilo Otoni vai apresentar uma leve superioridade urbana em relação à população rural: esta 65.923 (49,56%), e a cidade de Teófilo Otoni com 67.094 (50,44%).

O fato é que as cidades e distritos do Vale do Mucuri, até os anos de 1960, eram uma extensão do campo. Há de se considerar que parte do médio e do grande proprietário rural, além do comerciante de produtos agropecuários do Mucuri, residiam nos centros mais povoados. O mundo rural era uma continuidade dos espaços urbanos. O jornal “O Norte de Minas”, em matéria de 27 de julho de 1930, informava a existência dentro do distrito de Marabainha, município de Teófilo Otoni, de 09 cancelas. Novamente em 19 de outubro de 1935, uma nota n’ “O Norte de Minas”, publica o fechamento de uma rua por um fazendeiro no distrito de Uruçu, município de Carlos Chagas.

Em edição de 20 de agosto de 1938, “O Norte de Minas” denunciava o pânico em pleno centro da cidade de Teófilo Otoni em função da passagem de boiadas. O periódico, sinalizando a naturalização dessa prática, não motivava a proibição das manadas na cidade, mas que seu deslocamento ocorresse em horários de menor movimento comercial. Doze anos depois, o mundo urbano e o rural ainda se confundiam em Teófilo Otoni. O jornal “O Norte de Minas” de 06 de abril de 1946, denunciava a “. . . passagem de gado bravo no centro da cidade. As nossas ruas, que são frequentadas durante todo o dia por crianças, . . . oferecem espetáculos perigosos, cujos os artistas são vaqueiros em correrias loucas e vacas bravas”.

Porém, ainda que com base rural, a expressão da elite agrícola do Mucuri tinha como referência um modelo de desenvolvimento projetada à imagem e semelhança do mundo ocidental. O anseio era que, diante da riqueza gerada pela agricultura e/ou pecuária, o glamour vivido nos principais centros urbanos fizesse parte dos hábitos e da rotina mucuriense. No entanto, a vida frenética das grandes cidades, os novos costumes, as facilidades e o conforto oferecidos pela modernidade e desejados pelos que tinham posse, insistia em não chegar a seus espaços de convivências.

É com a projeção de uma sociedade progressista coexistindo com um sentimento de fracasso que o tema mais recorrente na imprensa do Mucuri em toda a primeira metade do século XX vai ser a de um território de fartura, mas que nunca prosperava. Artigos e editoriais apresentavam como questão central a contradição da abundância existindo simultaneamente com o atraso.

A expressão “hinterland” foi de uso frequente para caracterizar a região. Significando local de atraso, de pouco desenvolvimento, essa terminologia foi empregada rotineiramente nos escritos da imprensa, caso do editorial do “O Norte de Minas” de 29 de agosto de 1936, ou nas palavras de políticos locais, caso do discurso de Tristão da Cunha de 17 de fevereiro de 1952 (O Norte de Minas, 17.02.1952).

Concomitante ao atraso, há um porvir de prosperidade e esperança de um espaço que vai se desenvolver. Bartholomeu Barbosa, representando a empresa Lloyd Brasileiro esteve em Teófilo Otoni em agosto de 1936 conseguiu captar bem esse sentimento:

Desde então comecei a sentir a tristeza e paciência extraordinária de uma das mais ricas zonas do Brasil, que jamais deixou de sonhar pelo progresso. E ela tem como centro essa Nova Filadélfia, que mais dias, menos dias, surgirá em todo seu justo esplendor para maior grandeza da pátria (O Norte de Minas, 03.08.1936).

Produziu-se uma visão contraditória da região, ora atrasada, ora moderna. Em 23 de junho de 1913, ponderava o jornal “A Família”, que o Mucuri era “. . . tão injustamente tido na conta de uma terra atrasada”. Ocorre que essa percepção estava associada à maneira como o Mucuri se inseriu dentro do ideário de desenvolvimento desejado pela modernidade. O anseio de fazer desse espaço um local à imagem e semelhança da sociedade ocidental construía um modelo paradoxal. Tanto o café quanto a pecuária gerava riqueza. Havia o crescimento econômico, havia uma elite com recursos para trazer todos os benefícios do mundo industrializado. Mas, as bases de expansão da produção capitalista não eram as mesmas que desenvolviam a economia da região e nem a fonte de riqueza dos produtores rurais.

O impulso do capitalismo tem como sustentação o desenvolvimento tecnológico e a mão-de-obra assalariada, mas a região do Mucuri produzia riqueza com base no agrego e em atividades exclusivamente predatórias. A percepção do ruralista do Vale do Mucuri era de uma natureza abundante, farta e inesgotável, fazendo com que o alto custo em investimentos na tecnologia fosse dispensado. Em editorial do jornal “A Família” de 01 de fevereiro de 1913, a leitura feita quanto à riqueza da região estava na exploração do solo e da mata:

Pela fama que tem o sertão do norte do estado, de ser rica em terra de cultura, de matas preñhes de madeiras de muitíssimas qualidades, muita gente tem vindo instalar nesse município. Em um município como o nosso, cuja a riqueza está justamente em sua mata e na fertilidade do seu solo, a não haver uma lei que consulte todos esses interesses, teremos que assistir sempre ao espetáculo triste de destruição das matas nesse município. (A Família, 01.02.1913).

Em artigo no jornal “O Norte de Minas” de 22 de fevereiro de 1935, o representante do Instituto Mineiro do Café, Ormêo Junqueira Botelho escreveu:

Aqui, a proverbial hospitalidade se agiganta como se quisesse ser tão grande quanto as matas infundas que descortinamos . . . As minhas vistas se maravilharam com as grandes matas, apenas tocadas para extrair madeiras mais valorizadas, notadamente a peroba, cuja a riqueza é explorada inteligentemente pelos proprietários de importantes serrarias.

Ocorreu em determinados momentos a tentativa por parte da indústria de máquinas e tratores em adotar o uso desse maquinário na produção rural no nordeste mineiro. Empresas chegaram a trazer equipamentos e fazer amostras do seu uso no campo. Em 25 de outubro de 1924, o jornal “A Família” noticiou a simulação de atividades de algumas máquinas agrícolas “. . . para demonstrar aos fazendeiros as vantagens econômicas da lavoura mecânica sobre a rotina de nossos antepassados”. Em publicidades na imprensa local houve em determinados momentos a divulgação de venda de equipamentos agrícolas, mas as propagandas tinham vida curta. A questão é que não havia demanda por tecnologia em função da grande disponibilidade de terra e do fornecimento de mão-de-obra, barata e em grande quantidade.

Nesse aspecto, o editorial do jornal “A Família”, de 18 de outubro de 1913 é emblemático ao tratar do contraponto entre riqueza natural e limites técnicos na exploração da terra. Na publicação, lamentava-se a distância entre o progresso de outras regiões e o atraso vivido no Mucuri. Para o jornal, os terrenos eram férteis, a floresta era abundante de madeiras nobres, mas “. . .o limitado exercício da lavoura, bem entendida, tem contribuído imensamente para a nossa zona fique muito atrás de nosso estado”. A forma predatória, sugeria ainda o escrito, poderia ser substituída por uma produção com maior tecnologia: “E se adaptarmos à mecânica agrícola em determinada zona, abolindo por completo a ação do machado e do fogo?” (A Família, 18.10.1913).

A produção agropecuária do Vale do Mucuri não investiu em tecnologia em função da mão-de-obra barata do agrego e a base exploratória da terra baseada em um modelo estritamente predatório. Uma atividade fundada nessas práticas apresenta limites para desenvolver dentro do modelo capitalista típico do século XX. Pelo baixo custo do trabalhador, o investimento em tecnologia era dispensável. Para a visão do ruralista da região, maquinários tinha um custo desnecessário, e a abundância de terra não estimulava seu uso de modo racional.

## 7. Considerações finais

A ocupação do Vale do Mucuri de modo sistemático ocorreu a partir de meados do século XIX. Diferentemente dos anos de 1700, o modelo de colonização dessa região do nordeste mineiro foi um movimento autônomo em busca de superação da crise mineradora e de alternativas para produção. Junto com pequenos produtores rurais, coexistiu a

grande fazenda, primeiro a lavoura e posteriormente, a pecuária.

Nas médias e grandes fazendas, o trabalho adotado foi o agrego, mão-de-obra formada por grupos bastante heterogêneos, em comum suas condições extremamente precárias. Com um vasto território disponível para o plantio e o pasto, foi intenso o desmatamento tendo o agregado o principal meio para uma incessante exploração predatória, que se estendeu por um século.

Em um período de plena expansão capitalista no Brasil, essa estrutura produtiva a partir do agrego e da exploração ambiental predatória aliada com o espaço de mata abundante, era extremamente lucrativo, mas não estimulava investimentos tecnológicos. Tão pouco poder de compra para grande parte da população, que vivia em condições de miséria. Esse foi o dilema vivido (e não superado) pelo proprietário de terra do Vale do Mucuri que se estendeu enquanto foi possível explorar o solo e o agregado: sair do atraso e chegar à modernidade, mas sem abrir mão do modelo exploratório que gerava sua riqueza.

No campo das representações, a leitura que o proprietário rural fazia da região era de uma prosperidade sempre porvir. Assim, construiu de modo contraditório, uma região de abundância convivendo com a escassez e o atraso. Ou seja, representação ambígua de um grupo com projetos aparentemente progressistas, mas atrelados à forma de manutenção de vida conservadora.

## AGRADECIMENTO

O Artigo é resultado das pesquisas realizadas no pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, no qual agradeço o supervisor Rodrigo Patto Sá Motta.

## REFERÊNCIAS

- Achtschin, M. (2008). *A Filadélfia não sonhada: escravidão no Mucuri do século XIX*. Teófilo Otoni.
- Achtschin, M. (2018). *A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri*. Teófilo Otoni.
- Assis, F. G. de. (2007). *Visões do agregado em Machado de Assis*.
- Barroso, L. C. (2017). *A estrada Santa Clara no século XIX: caminho de ‘gentes’ e vivências no Mucuri*. Belo Horizonte: O Lutador.
- Carrara, Â. A. (1996). O sertão no espaço econômico da mineração. *LPH/Revista de História n° 6. X Encontro Regional de História da ANPUC/MG.*, (6).
- Cunha, A. M. (2002). *A diferenciação dos espaços: Um esboço de regionalização para o território mineiro e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século*. Ouro Preto: X Seminário sobre a economia mineira.
- Fonseca, I. C. M. (1985). *Nanuque, seu povo, sua história*.
- Franco, M. S. C. (1974). *Homens livres na ordem*

*escravocrata*. São Paulo: Ática.

Kok, G. (2007). Mattos, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 491p. *Espaço Ameríndio*, 1(1), p. 211. <https://doi.org/10.22456/1982-6524.2494>

Machado, C. (2006). O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23(1), pp. 167–186.

Martins, J. de S. (1981). *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petropolis: Vozes.

Martins, M. L. (2010). Ocupação e desflorestamento numa área de fronteira: Vale do Mucuri, MG – 1890 a 1950. *Revista de História Regional*, 15(1), pp. 40–77.

Otoni Carvalho, C. (2006). A mesorregião do Vale do Mucuri: contextualização histórica e Análise do desenvolvimento.

Ribeiro, E. M. (2010). Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 18(2), pp. 393–433.

Ribeiro, E. M. (2013). *Estrada da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Sorel, I. (2015). *Rua Direita versus 'Rastacoro': dominação e resistências em Teófilo Otoni e região no século XX (1910-1974)*. Teófilo Otoni.

Teófilo Benedito Otoni, R. H. D. (2002). Conquista e civilização na Minas oitocentista. In: Notícias sobre os selvagens do Mucuri. *Editora UFMG*, 8, pp. 13–38.



# The occupation of the Mucuri Valley: the rural elite and the dilemma between modernity and backwardness

Márcio Achtschin Santos\*

\*Social Scientist (FENORD). Master in History (USS). Doctorate in History (UFMG). Professor at UFVJM.

---

**Resumo** Before the 19th century, the Mucuri Valley, Northeast of Minas Gerais state, Brazil, was populated by dispersed indigenous communities. This scenario has undergone significant changes since that date, with an intense population flow due to a high degree of commercialization that occurred after the mining crisis. The aim of this study is to analyze the particularities and the results of the occupation that occurred in the Mucuri Valley from the second half of the 19th century to the middle of the 20th century. The Mucuri underwent a colonization process with its large-scale production based on coffee production, later, on livestock. The *agregado* was the main labor force of medium and large rural properties, used for uninterrupted deforestation for the benefit of crops and pasture. As a result, I find that the predatory exploitation of the Mucuri forests combined with an expressive contingent of households in miserable conditions generated wealth for rural landowners, but did not stimulate technological investments typical of the capitalist model, bringing through the press a representation of the ambiguous region, coexisting prosperity and ruin.

**Palavras-chave:** Mucuri Valley, Agriculture regime, Aggregation, Predatory Culture.

---

## Informações sobre os autores

**Márcio Achtschin Santos**

E-mail: [marcio.achtschin@ufvjm.edu.br](mailto:marcio.achtschin@ufvjm.edu.br)

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1328175237194027>

 <https://orcid.org/0000-0002-9436-4723>

**Artigo recebido:** 8/04/2020

**Artigo aceito:** 11/05/2020